



FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: APONTAMENTOS A PARTIR DO IFCE CAMPUS IGUATU

Professional qualification in Social Work: notes from IFCE campus Iguatu

Raf Vieira Soares*

<https://orcid.org/0000-0002-7086-8580>

RESUMO

O presente artigo trata da formação profissional em Serviço Social a partir da experiência pioneira do curso de Serviço Social no IFCE *campus* Iguatu. Para tanto, temos como objetivos apresentar e refletir sobre: os limites e as possibilidades dessa experiência na realidade cearense, o processo de implantação do curso no IFCE e as perspectivas e diretrizes que orientam seu Projeto Político-Pedagógico orientado por pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Apontamos que o curso de Serviço Social do IFCE, por sua condição pública, possui importância na região de Iguatu e no estado cearense, apresentando-se na contramão da mercantilização da educação superior no cenário contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Formação Profissional. Realidade cearense.

ABSTRACT

This article deals with professional training in Social Work based on the pioneering experience of the Social Work course at IFCE campus Iguatu. To this end, we aim to present and reflect on: the limits and possibilities of this experience in Ceará's reality, the process of implementing the course at IFCE and the perspectives and guidelines that guide its Political-Pedagogical Project guided by bibliographic, documentary and research field. We point out that the IFCE Social Service course, due to its public condition, has importance in the region of Iguatu and in the state of Ceará, presenting itself against the commercialization of higher education in the contemporary scenario.

KEYWORDS

Social Work. Professional qualification. Ceará reality.

Submetido em: 21/1/2020.

Aceito em: 18/3/2020.

* Assistente Social. Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Doutorando em Política Social na Universidade de Brasília (UnB). Professor Assistente no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT) campus de Miracema. (UFT, Miracema, Brasil). Avenida Lourdes Solino, s/n, Setor Universitário, Miracema (TO), CEP: 77650-000. E-mail: raivieira1993@gmail.com.

DOI 10.22422/temporalis.2020v20n39p241-256



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

INTRODUÇÃO

O curso de Serviço Social do IFCE *campus* Iguatu surgiu em 2010, dentro do processo de expansão e interiorização dos institutos federais, tendo iniciado as aulas da sua primeira turma no mês de agosto. Este movimento apresentou muitos desafios para sua consolidação na região Centro-Sul do estado do Ceará, bem como para sua legitimação na própria instituição. Dizemos isso, porque este é o segundo curso público de Serviço Social do Ceará e o único vinculado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em um contexto nacional de expansão de cursos de Serviço Social pela via do ensino privado e/ou pela do ensino a distância expresso na “[...] contrarreforma do ensino superior” (LIMA, 2012, p. 2).

Nesse sentido, o presente artigo apresenta algumas reflexões sobre a formação profissional em Serviço Social na realidade local do IFCE. Tais reflexões foram subsidiadas através de pesquisa de campo que foi viabilizada através de visitas para articulação e diálogo com os sujeitos coletivos que compõem o curso em apreço (docentes e discentes), ocorrendo em dois momentos distintos: de 3 a 4 de novembro de 2016, durante a realização da edição da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) Itinerante sediada no *campus* do IFCE Iguatu; e de 20 a 22 de junho de 2017, durante a 6ª Semana de Serviço Social do IFCE.

As entrevistas foram realizadas com 05 professoras da área de Serviço Social do *quadro efetivo* (correspondendo a 62%) de um total de 08 docentes do curso. Os questionários, por sua vez, foram aplicados junto aos estudantes do curso com base em uma amostragem¹ de 15% (37 estudantes) do total do universo pesquisado (242 estudantes²). Destacamos que a realização das entrevistas junto às docentes e a aplicação dos questionários com o corpo discente ocorreu com o consentimento destes, estabelecido após as informações sobre os objetivos gerais desta pesquisa, os possíveis riscos e as contribuições da participação, sendo firmado por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e pela garantia do sigilo ético exigido durante o processo de pesquisa com seres humanos, conforme orienta a Resolução 466/2012.

Dito isso, iniciamos nossas discussões com uma contextualização da questão regional e do desenvolvimento capitalista no Ceará e na cidade de Iguatu, desde a cultura do algodão, enfocando as contradições histórico-sociais deste município. Este movimento, especificamente, pretende lançar algumas *pistas* ou fornecer os subsídios para elucidar o porquê do surgimento de um curso de graduação em Serviço Social público em Iguatu.

Em seguida, trazemos um breve histórico deste curso e as principais resistências encontradas para sua consolidação em seus anos iniciais de implantação. Além disso, analisamos as diretrizes político-pedagógicas da formação profissional e sua relação com o projeto de formação da ABEPSS. Finalizamos pontuando algumas reflexões sobre os desafios contemporâneos vivenciados e as possibilidades existentes para este curso público, presencial e gratuito do interior do Ceará.

¹ A amostragem contou com estudantes de todos os semestres e buscou contemplar a diversidade do corpo discente no que tange ao sexo, faixa etária, etc.

² Número obtido com a Coordenadoria Geral de Registros Acadêmicos do *campus* em 2017.

QUESTÃO REGIONAL, PARTICULARIDADES DO CEARÁ E DE IGUATU

Articulado às marcas da formação sócio-histórica do Brasil, reivindicamos a necessidade da mediação com a questão regional para analisarmos a realidade cearense e posteriormente o contexto local de Iguatu, pois compreendemos que as particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro implicaram nas configurações históricas específicas da região Nordeste, que contribuíram para o aprofundamento das desigualdades sociais visíveis contemporaneamente nesta. Referidos elementos são fundamentais para a compreensão da formação profissional no Ceará e, por isso, advogamos sua discussão.

No âmbito do sistema colonial-mercantil no Brasil, a região Nordeste se constituiu como o principal centro econômico por estar em uma localização privilegiada, com terras férteis e de fácil acesso, contribuindo para o escoamento das mercadorias. Ela se desenvolveu com base na monocultura de açúcar, baseada nos latifúndios que empregavam mão de obra escrava, configurando-se num modelo econômico de *plantation*, direcionado à venda da produção para o mercado externo. Isto mostra que a economia açucareira nordestina adquiriu um caráter exógeno e dependente, tendo sua produção subordinada às demandas do exterior (SANTOS *et al.*, 2012). Do mesmo modo, revela que as particularidades históricas que assumiu corroboram com a assertiva de que a questão regional traz em si a marca da questão agrária, como prova a ampla concentração de terras, característica desta região.

O desenvolvimento da economia cafeeira forneceu as bases necessárias para a organização da burguesia industrial. No entanto, a região Nordeste permaneceu com uma economia baseada na cana-de-açúcar e que pouco havia avançado no processo de industrialização predominante na região Sudeste. A inserção do Nordeste na fase de industrialização ocorreu com o incremento da produção de açúcar, com a transformação dos engenhos em usinas e com a posição de região subsidiária à economia brasileira, quando comparada à região Sudeste (SANTOS *et al.*, 2012). Tal fato contribuiu para gerar uma dicotomia entre estas regiões, sendo a região Sudeste considerada a expressão da modernidade e a região Nordeste, o sinônimo do atraso.

Cabe destacar que a inserção do Nordeste na industrialização foi produto do fornecimento de força de trabalho, bem como com a venda de matéria-prima a baixos custos para o Sudeste. Assim, consolidaram-se relações de dependência e desigualdades sociais, reproduzindo no âmbito interno da realidade brasileira a lógica do desenvolvimento desigual e combinado entre as regiões, o que demarca a importância do debate sobre a questão regional. Não é à toa, que na região Nordeste, encontramos baixos indicadores sociais, relações arcaicas de trabalho, forte presença do patrimonialismo, concentração fundiária e reduzida intervenção estatal no campo da proteção social e trabalhista: tais configurações contribuem para particularizar e aprofundar as manifestações da “questão social” nesta região (SANTOS *et al.*, 2012).

Entre os aspectos marcantes da história cearense, cabe apontar sua ocupação territorial pelos europeus apenas no século XVII. Neste período, a disputa pela terra se deu com base na violência, expressando-se pelas distintas concepções de mundo em conflito: a concepção dos europeus e a concepção da população indígena nativa. Diferentemente de outros espaços nordestinos, no Ceará, a pecuária foi a atividade econômica que

possibilitou a ocupação territorial, sendo, ao mesmo tempo, subsidiária à produção açucareira das regiões litorâneas do Nordeste (pois a capitania do Ceará foi dependente da capitania de Pernambuco até fins do século XVIII). Somente no final deste século, começou a se desenvolver a produção de algodão no espaço cearense, devido às necessidades e demandas da Revolução Industrial inglesa (PINHEIRO, 2004).

A história socioeconômica do Ceará é caracterizada pela associação entre concentração de terras e secas, aspectos que delineiam as relações econômicas, políticas e sociais no campo e nos centros urbanos, conferindo particularidades às expressões da “questão social” cearenses, principalmente na transição do século XIX para o século XX. A seca do período de 1877-1879, por exemplo, é analisada não apenas como um fator de ausência de chuvas, mas também como um fator de dimensão política, ou seja, ela é uma expressão da “questão social” no Ceará, suscitadora de diferentes contradições sociais, como a intensificação de fluxos migratórios de retirantes com destino à Fortaleza, a ocorrência de saques e invasões, etc. Estas contradições sociais geradas pela seca – em diferentes períodos – exigiram a intervenção do Estado, que adota um conjunto de medidas de caráter higienista, controlador e vigilante sobre os flagelados (NOBRE, 2010).

O contexto de expansão das atividades econômicas baseadas no binômio gado-algodão que marca a transição do século XVIII para o século XIX foi fundamental para a formação territorial de Iguatu e o desenvolvimento da cultura do algodão (com destaque para o algodão de tipo herbáceo que se adapta com facilidade à região de várzeas), possibilitando a criação de condições favoráveis à acumulação interna de capital no município, no início do século XX. Portanto, a história socioeconômica de Iguatu vincula-se ao processo de ocupação territorial e desenvolvimento econômico do Ceará (LIMA, 2011).

Na sua origem, Iguatu correspondia a uma extensa área chamada de Ribeira do Quixelô, pertencente à Vila de Icó, da qual também faziam parte os atuais municípios de Saboeiro, Arneirós, Tauá e Jucás, região habitada pelos índios quixelôs da raça tapuia. Na historiografia do Ceará, há um grupo de estudiosos que afirmam que o processo de ocupação territorial de Iguatu ocorreu a partir de 1700, enquanto outros dizem que aconteceu em um período bem anterior. Ambos os grupos concordam, todavia, no fato de a pecuária ter sido fundamental para a ocupação e o povoamento deste território, através da doação de sesmarias para os colonizadores, com destaque para a formação de Telha, em 1744, primeiro povoado da região (NOGUEIRA *apud* LIMA, 2011).

As principais atividades econômicas que caracterizaram inicialmente o povoado de Telha foram a agricultura de subsistência e a pecuária. A elevação do povoado para vila ocorreu em 1851, mas a inauguração oficial só veio a acontecer em 1853. Com o seu desenvolvimento econômico, ela foi se tornando um importante centro administrativo da região Centro-Sul do Ceará, fazendo com que recebesse o título de cidade em 1874. Em 1883, ela recebeu o nome de Iguatu, em referência às lagoas que cortam a cidade. A cultura algodoeira só ganhou destaque no século XX, por volta da década de 1970 (LIMA, 2011).

O processo de desenvolvimento capitalista proporcionado pela produção de algodão em Iguatu foi articulado à manutenção dos traços históricos da formação social brasileira, a exemplo do coronelismo, do personalismo, da concentração fundiária e da *cultura do favor* no âmbito da política. Tais elementos repercutiram nas formas particulares de reprodução das relações sociais e de trabalho estabelecidas.

A cultura do algodão proporcionou significativas mudanças para a realidade de Iguatu, contribuindo com a sua inserção na dinâmica da acumulação capitalista no interior do Ceará. Ainda, permitiu o estabelecimento de relações de trabalho assalariadas, com a instalação de fábricas de abastecimento e beneficiamento de algodão e, conseqüentemente, a construção de vilas operárias para os trabalhadores destas fábricas e indústrias. Estes elementos são visíveis ainda hoje, pois a cidade de Iguatu possui uma arquitetura de antigos galpões e algumas ruas conservam os traços destas vilas operárias (LIMA, 2011). Cabe lembrar que a maioria do maquinário destas fábricas de algodão era oriunda da Inglaterra e dos Estados Unidos, o que demonstra o processo de acumulação de capital na região, ao mesmo tempo em que a inserção periférica da cidade de Iguatu na dinâmica do capitalismo internacional, através do fornecimento de matéria-prima e força de trabalho de baixo custo às economias mundiais (LIMA, 2011).

O desenvolvimento econômico na região proporcionou a mecanização da agricultura; os investimentos capitalistas no campo, através da construção de barragens, canais de irrigação e sistemas técnicos de produção; e a adoção de estratégias do modelo fordista/taylorista nos processos produtivos locais, contribuindo para a intensificação dos fluxos migratórios para a cidade em busca de emprego. No que tange à industrialização, Iguatu se destacou no Ceará em 1955, devido uma produção industrial que só perdeu para Fortaleza e Sobral, dado seu significativo número de fábricas e indústrias (LIMA; AMORA, 2010).

A década de 1950 marcou também o surgimento da formação profissional em Serviço Social em Fortaleza, sob forte influência da Igreja Católica. A primeira Escola de Serviço Social foi implantada no ano mencionado pelo Instituto Social de Fortaleza, com a administração de religiosas que compunham a Congregação da Sociedade das Filhas do Coração de Maria, tendo como entidade mantenedora a Associação de Educação Familiar e Social da Igreja Católica. O contexto socioeconômico da época era o da modernização e industrialização, que aprofundou as expressões da “questão social”, especialmente com a saída de muitos trabalhadores do interior do Ceará para Fortaleza, devido os longos períodos de estiagem. Em 1956, o curso de Serviço Social foi integrado à Universidade Federal do Ceará (UFC), assinalando sua inserção no espaço universitário. Posteriormente, em 1975, foi incorporado à UECE, onde permanece até hoje (COSTA; BEZERRA, 2010).

Ainda na década de 1950, ganhou destaque no município de Iguatu, uma política educacional com ênfase na profissionalização das mulheres, conduzida por Elze Lima Verde Montenegro, em articulação com o deputado federal Adahil Barreto. Esta política resultou na criação da Escola de Economia Doméstica em 1955, implantada sob a responsabilidade de Elze Lima Verde (já que ela era a única pessoa portadora de diploma nesta área na cidade), que a dirigiu, subordinada ao Ministério da Agricultura (LIMA; SILVA; COSTA, 2012), ao longo de 29 anos. A reduzida historiografia sobre esta mulher aponta, em alguns momentos, suas iniciativas de oposição e enfrentamento às ações de controle e repressão, típicas da ditadura civil-militar, mas em outros momentos, sua adequação à reprodução de práticas associadas ao personalismo e ao assistencialismo para a implementação da política de educação em Iguatu.

O período de prosperidade econômica deste município se manteve somente até o final da década de 1970, quando ele entrou numa crise decorrente da queda da produção de

algodão (por volta de inícios da década de 1980), em consequência das sucessivas secas e da praga do *bicudo*. Outros elementos também podem estar associados ao processo de decadência desta produção, como o fato de os produtos manufaturados possuírem maior aceitação e estabilidade de preço no mercado mundial, além de o contexto nacional de transição do modelo agro-exportador para a ênfase na industrialização passar a se desenvolver, ou seja, tornava-se mais rentável exportar o algodão já industrializado, até mesmo na forma de roupas. A crise do algodão trouxe recessão econômica e causou o fechamento de fábricas, gerando o crescimento do desemprego (LIMA, 2011).

Os aspectos socioeconômicos e históricos da cidade em apreço levantados a partir da cultura do algodão, inserida na dinâmica da acumulação capitalista, são importantes para apontar alguns indicadores sociais que delinham suas relações sociais e suas expressões da “questão social” na contemporaneidade, no contexto de crise do capital e aprofundamento do neoliberalismo. Segundo relatórios disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), baseados no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a cidade de Iguatu contava com uma população de 96.495 habitantes. Deste total, 11.520, representando 11,93% da população, estavam em situação de extrema pobreza, isto é, tendo uma renda per capita mensal inferior a R\$ 77,00. A maior parte destes sujeitos residia na zona rural, totalizando 6.211 pessoas (53,91%), enquanto que na zona urbana estavam 5.309 (46,09%) deles (GONÇALVES *et al.*, 2016).

O perfil da população em situação de extrema pobreza do município de Iguatu possui a seguinte composição: 5.795 são mulheres, o que corresponde a 50,3%, enquanto 5.726 são homens, representando 49,7% deste total. Em relação à cor e à *raça*, a grande maioria da população em extrema pobreza – 8.224 pessoas – autodeclarou-se como negra, correspondendo a 71,4% do total. Deste número, 400 (3,5%) se autodeclararam como negras e 7.824 (67%) como pardas (GONÇALVES *et al.*, 2016).

No que tange à educação, os relatórios do MDS ainda informaram que em 2010, este município tinha 2.214 jovens de 15 a 17 anos fora do ensino médio. Deste total, 64,2% eram negros. No ensino superior, este número foi ainda maior, sendo 11.801 jovens de 18 a 24 anos fora do ensino superior, sendo 63,4% deles, autodeclarados negros. Em relação ao trabalho e ao emprego em Iguatu, a população economicamente ativa correspondia a 43.970 pessoas (45,7%). Deste total, 40.955 estavam ocupadas e 3.015 encontravam-se desocupadas. Os relatórios destacaram que 26,8% das pessoas ocupadas tinham carteira assinada; 34,4% estavam sem carteira assinada; 23,3% estavam inseridas no campo da informalidade de forma autônoma; só 1,7% eram empregadores; 4,1% correspondiam aos servidores públicos; e 9,6% eram trabalhadores sem rendimentos ou incluídos na produção para subsistência (GONÇALVES *et al.*, 2016). Estes números evidenciam os processos de precarização e exploração no mundo do trabalho, a ausência de direitos trabalhistas e a fragilidade da proteção social no contexto da reestruturação produtiva.

O Ceará, atravessado pela questão regional, bem como Iguatu, marcado pela peculiaridade de seu processo de constituição e desenvolvimento, formam as bases para assinalar a necessidade da intervenção do Estado na implementação de políticas sociais na região Centro-Sul do estado. Foi neste cenário, concreto, que surgiu o segundo curso público de Serviço Social do Ceará, no contexto de expansão e precarização da educação superior,

articulado ao aprofundamento das expressões da “questão social”, o que impôs diferentes desafios à garantia de uma formação profissional em Serviço Social de qualidade na região.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO IFCE: TRAJETÓRIA E DIRETRIZES

Na realidade cearense atual, assim como em todo Brasil, a formação profissional em Serviço Social enfrenta desafios, fortificados pela expansão desenfreada da iniciativa privada presencial e do ensino a distância. Do universo de 75 instituições de ensino que oferecem o curso de Serviço Social, somente 2 são públicas³: o curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e o do IFCE, na cidade de Iguatu (CE), a 378 km da capital cearense, algo que expressa o processo de interiorização da educação superior, ocorrida nos últimos anos. Por ser o segundo curso público do estado e o primeiro no interior do Ceará, este curso de graduação é um dos mais procurados no IFCE. Na edição do Sistema de Seleção Unificada (SISU) para o semestre de 2018.1, inclusive, a graduação em Serviço Social foi a 6ª mais procurada de toda a instituição, entre mais de 45 cursos superiores ofertados em todo o estado do Ceará, apresentando um total de 1.151 inscritos para 35 vagas (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2018)⁴.

Como o curso de Serviço Social da UECE é o mais antigo no estado, ele é também a escola pioneira na formação profissional dos primeiros assistentes sociais cearenses, sendo responsável pela formação de muitos docentes de Serviço Social que atuam nas várias IES que ofertam este curso atualmente. Isto porque, por muitos anos, esta era a única instituição disponível para a formação profissional em Serviço Social no Ceará, cenário diferente do que encontramos desde a expansão do ensino privado neste estado, a partir de 2005. No caso do IFCE, 6 professoras efetivas (80%) da área de Serviço Social se graduaram na UECE.

A criação do curso de Serviço Social do IFCE se deu pela aprovação da Resolução IFCE nº 23, de 31 de maio de 2010, como um curso presencial, público e gratuito, com oferta no período noturno. Este curso possui uma carga horária total de 3.610h, distribuídas ao longo de 8 semestres, com duração média de 4 anos, sendo 2.840h de disciplinas obrigatórias, 160h de disciplinas eletivas, 450h de estágio supervisionado e 160h de atividades complementares (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2013).

Segundo dados divulgados pelo *campus* Iguatu, o curso supramencionado formou 140 bacharéis em Serviço Social até o corrente ano em que o curso completa 10 anos de existência (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2020)⁵. A formação profissional deste é orientada pelas principais normativas construídas pela profissão, expressas no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social e na Lei nº 8.662, que regulamenta a profissão de assistente social, ambos de 1993, bem como nas

³ Para consulta das informações dessas instituições no Ceará recomendamos acessar o sistema do e-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 jan. 2020.

⁴ Conferir a lista de cursos em: <http://ifce.edu.br/noticias/confira-a-lista-dos-cursos-mais-concorridos>. Acesso em: 17 fev. 2018.

⁵ Dados divulgados em: <https://ifce.edu.br/iguatu/noticias/curso-de-servico-social-completa-dez-anos-de-atuacao-em-iguatu-e-regiao-centro-sul>. Acesso em: 13 jun. 2020.

Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). O curso de Serviço Social de Iguatu tem como objetivo geral:

Formar Bacharéis em Serviço Social qualificados nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, capacitados para atuarem nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, por intermédio de políticas sociais e do fortalecimento dos sujeitos coletivos, subsidiando-os na promoção e exercício pleno da cidadania e democracia (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2013, p. 14).

Este curso possui uma história recente no Ceará, tendo sido implantado em 2010, acompanhando a recente expansão dos Institutos Federais. A criação dos Institutos foi iniciada no período do governo Lula, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Este incentivo governamental trouxe consigo a interiorização da educação profissional, juntamente com várias contradições. Dizemos isso, porque ao mesmo tempo em que a interiorização promoveu o acesso juvenil ao ensino técnico ou superior, ela trouxe também as marcas da precarização, refletida nas condições do trabalho docente, nas dimensões de infraestrutura e nas condições de permanência estudantil, que requerem mais investimento na política da assistência estudantil.

O *campus* de Iguatu foi criado a partir da transformação da antiga EAFI, marcada pela tradição da formação técnica agrícola de nível médio. Entretanto, posteriormente, cursos de outras áreas do conhecimento foram instituídos, rompendo com a predominância exclusiva de cursos da área de ciências agrárias nesta instituição. No caso do Serviço Social, segundo Albuquerque e Pereira (2016), os fatores que possibilitaram sua criação foram: a ampliação de cursos privados e na modalidade EAD na região e no estado; o fomento à dimensão *social* da instituição, devido os cursos extintos de Economia Doméstica e Técnico em Desenvolvimento Social (TDS); o baixo custo de investimento, no que se refere à infraestrutura; a grande demanda social pelo curso, expressa através de uma pesquisa local; e a referência a este curso nas reuniões de planejamento institucional para abertura de novos cursos superiores, pois este havia sido indicado pela antiga assistente social do *campus*, atual professora do curso. Concernente a este último fator, o antigo diretor do *campus* demonstrou interesse pela proposta, sobretudo porque outras instituições de ensino da região (*campus* da UECE e URCA) não dispunham de condições para oferecê-lo.

Alguns dos fatores mencionados aparecem na fala de uma das docentes entrevistadas:

[...] uma discussão que nós tínhamos aqui no Iguatu na época era porque tinha muito curso a distância e aí quando veio essa oportunidade de 30% dos institutos poderem oferecer bacharelados, tecnologias e engenharias, então foi uma coisa que me chamou a atenção. Então, qualquer motivo eu dizia: “o instituto devia ter um curso”. Mas não era com aquela coisa de acreditar mesmo né, era muito mais assim de desabafo, era muito mais assim de ser contra a EAD, de Iguatu ter quatro EAD naquele momento, em 2008, então era muito mais nesse sentido (Docente 01).

Neste sentido, compôs-se uma equipe responsável pela elaboração do projeto do curso para o bacharelado em Serviço Social, através da Portaria nº 053, de 23 de fevereiro de 2010. A comissão foi composta por uma assistente social (atualmente professora do curso) e mais três professores do *campus*, com formação nas áreas de História, Pedagogia e Ciências

Agrárias. Ainda, conforme esta Portaria, os trabalhos desta comissão deveriam se encerrar no prazo de trinta dias. Assim, o curso foi aprovado em maio de 2010, e iniciou suas aulas em agosto deste mesmo ano.

Podemos observar que somente uma assistente social participou do processo de elaboração do projeto do curso, que teve um curto período de tempo para a construção do seu projeto pedagógico. Isto impactou sobre o primeiro PPC e algumas deficiências já foram percebidas de início, ocasionando a necessidade de reformulação deste projeto pedagógico, pois sua matriz curricular apresentava um déficit de temas essenciais à formação profissional.

[...] Quando eu entrei no IFCE já havia ocorrido uma mudança na matriz curricular, mas o Projeto Político Pedagógico, ele estava em discussão, porque **o PPP que foi utilizado para credenciar e autorizar o curso foi um PPP, à época, feito por um grupo de professores que na verdade tinha uma assistente social técnica e outros professores das ciências humanas e ciências sociais aplicadas, mas que não tinha vivência no Serviço Social, no debate sobre a formação profissional em Serviço Social.** Portanto, ele tinha algumas divergências em relação às diretrizes curriculares da ABEPSS e a **própria organização curricular expressava muito isso, uma formação que valorizava mais uma perspectiva sociológica,** em detrimento de uma formação mais voltada para pensar a base do projeto de formação da ABEPSS, que seria o debate sobre a “questão social” e o trabalho, isso voltado e pensando o exercício profissional (Docente 04, grifos nossos).

[...] Não é fácil elaborar um projeto, o projeto já estava elaborado no início para criação do curso, mas **era um projeto que era muito destoante, em certa medida, do que a gente entendia de formação profissional, apesar de ter tido uma assistente social na época elaborando.** Então, era um projeto um tanto quanto destoante do que a gente entendia sobre o projeto de formação profissional, do acúmulo que a gente teve nesse processo de formação nossa das professoras que entraram inicialmente sobre o debate junto a ABEPSS, junto às entidades da categoria, e na nossa experiência daquelas professoras que participaram do movimento estudantil (Docente 05).

O primeiro PPC possuía uma carga horária total de 3.195h, distribuídas em 9 semestres letivos, sendo 2.700h de disciplinas e 495h de estágio supervisionado. As disciplinas foram organizadas em núcleos de fundamentação da formação profissional: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2010).

Em decorrência das condições de *aligeiramento* em que foi criado o curso de Serviço Social no IFCE e pela composição da comissão do primeiro PPC, sua matriz curricular evidenciou déficits de princípios, pressupostos e diretrizes, quanto às orientações do projeto de formação da ABEPSS. Destacaram-se principalmente o déficit de aprofundamento a respeito do debate sobre Trabalho, Ética e “Questão Social”, eixos fundamentais para a compreensão do Serviço Social.

Conforme estamos mostrando, a graduação em Serviço Social do IFCE surgiu no processo de expansão da educação superior no capitalismo contemporâneo, sendo expressão, ao mesmo tempo, da transformação da EAFI para um instituto federal de ensino, num processo aligeirado que impactou na construção do PPC do curso, demonstrado na sua

matriz curricular, onde algumas disciplinas careceram de articulação aos eixos primordiais do projeto de formação da ABEPSS. Assim, entre os fatores influenciadores da revisão curricular do curso estiveram: a necessidade de superar a fragmentação de conteúdos indispensáveis para a compreensão das contradições e dos determinantes do capitalismo, assim como das formas históricas de enfrentamento à “questão social”; a importância de fortalecer as instâncias coletivas, como a coordenação e o NDE do curso; a necessidade de flexibilizar o currículo, a partir da articulação entre teoria e prática, orientadas pela teoria social crítica; a urgência de fomentar a interdisciplinaridade e o pluralismo teórico, articulados à ética no processo de formação profissional, na perspectiva de construção de um projeto pedagógico alinhado ao projeto ético-político da profissão e às diretrizes curriculares da ABEPSS (ALBUQUERQUE; PEREIRA, 2016, p. 91).

Com o intuito de reduzir as fragilidades do primeiro PPC iniciou-se, então, uma reformulação curricular no período de 2012 a 2013, a partir de reuniões do colegiado e do NDE, voltadas às discussões sobre os princípios e as diretrizes que deveriam nortear a formação profissional do curso e sua organização curricular. A nova comissão responsável pela revisão curricular contou com a participação de quatro professoras efetivas da área de Serviço Social, um técnico-administrativo da área de Pedagogia e alunos vinculados à representação discente.

O novo PPC (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2013) apresenta o objetivo de formar um perfil profissional com competências e habilidades, de acordo com as diretrizes curriculares da ABEPSS, isto é, com as competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, possibilitando a leitura crítica do movimento do real, a formulação de respostas profissionais e a compreensão do significado social da profissão, entendendo-a como inserida nas relações sociais capitalistas, particularizadas na realidade da sociedade brasileira.

[...] A formação profissional deve subsidiar e apresentar como principais características: a capacidade crítica de analisar as relações sociais nas quais se insere o exercício profissional, permitindo decifrar sua historicidade e contradições da sociedade; a competência teórica embasado no conhecimento das vertentes teórico-filosóficas como forma de explicação da realidade social; a competência ético-política para posicionar profissional e politicamente nos espaços sócio-institucionais atendendo as diretrizes e princípios do Código de Ética Profissional; e a competência técnico-operativa para saber adotar e acionar o conhecimento, instrumentos e técnicas no exercício profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2013, p. 20).

A formação, com base no projeto pedagógico do curso de Serviço Social em apreço, tem como princípios norteadores: a adoção da teoria social crítica para a análise da realidade social; o estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como centrais no processo de formação profissional; a garantia do pluralismo teórico; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a definição do estágio supervisionado, com supervisão acadêmica e de campo; a localização da ética como categorial transversal a todo o currículo; e o destaque quanto a necessidade da articulação do IFCE e do seu curso de Serviço Social com a sociedade, visando sua função social e pública (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2013).

Os diferentes desafios (e também resistências) vivenciados no cotidiano deste curso interferem nas condições da formação profissional, pois o fato de que as diretrizes do PPC

proponham um determinado perfil profissional não garante que ele se realize em sua plenitude, tendo em vista aspectos relacionados à dinâmica da instituição, suas particularidades locais, assim como os processos macrosociais referentes aos ditames do neoliberalismo na educação. Sobre estes aspectos, todas as docentes entrevistadas afirmaram considerar que o curso vem garantindo, em geral, o perfil profissional pretendido no projeto pedagógico, revelando-se por sua ênfase na capacidade crítica de análise da realidade e na compreensão dos desafios contemporâneos postos na realidade brasileira.

O referido PPC continua com uma estrutura curricular organizada nos núcleos de fundamentação da formação profissional, porém trouxe mudanças na organização curricular, no que tange aos conteúdos básicos; retirada e/ou inclusão de disciplinas, na perspectiva de possibilitar uma formação profissional alinhada ao debate contemporâneo da categoria profissional; além de definir algumas atribuições para a coordenação, o colegiado e o NDE do curso. Os núcleos mencionados são o de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e de fundamentos do trabalho profissional. Além disso, o projeto pedagógico traz orientações e regulamentações sobre o estágio supervisionado, atividades complementares, TCC, monitorias acadêmicas e a necessidade da garantia da pesquisa e da extensão articuladas ao ensino, como dimensões essenciais para a formação profissional em Serviço Social (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2013).

Destacamos ainda a inclusão, na matriz curricular, das disciplinas obrigatórias de *Capitalismo e Questão Regional* (prevista no 5º semestre), *Relações de Gênero, Classe, 'Raça' e Etnia* (prevista no 6º semestre), *Seguridade Social e Serviço Social* (prevista no 6º semestre), e *Serviço Social e Instrumentalidade* (prevista no 6º semestre), demonstrando a preocupação com alguns debates bastante atuais realizados pela categoria profissional.

No que se refere à Política de Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social do IFCE, esta apresenta princípios e diretrizes, de acordo com as normativas e as orientações da categoria profissional. A política supramencionada define o estágio como importante instrumento na formação profissional dos estudantes e como um processo político-pedagógico de articulação entre as dimensões investigativa e interventiva. Também reafirma a supervisão de estágio como uma atribuição privativa do assistente social e a indissociabilidade entre as supervisões acadêmica e de campo.

Esta política orienta sobre as etapas de operacionalização do estágio. São elas: credenciamento dos campos de estágio; credenciamento dos supervisores acadêmicos e de campo e, posteriormente, destes junto ao CRESS; execução da supervisão acadêmica através das disciplinas de estágio supervisionado e supervisão pedagógica; e orientações para elaboração dos planos de estágio. Além disso, esta traz a necessidade de compor uma coordenação de estágio em Serviço Social e uma comissão de estágio, definindo suas atribuições, no intuito de qualificar esse processo da formação profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, 2013).

Nessa perspectiva, somente em 2014, através da Portaria nº 160, de 04 de dezembro, uma docente ficou responsável oficialmente pela organização⁶, acompanhamento, sistematização e avaliação do estágio supervisionado, como uma atividade subordinada à coordenação do curso. Já a primeira Comissão de Estágio foi designada através da Portaria nº 027, de fevereiro de 2015, com a seguinte composição: Coordenação de Curso e Coordenação de Estágio em Serviço Social; Coordenação de Graduação e Pós-graduação, e Coordenação de Estágios e Egressos do *campus*; e representações de assistentes sociais supervisores de campo juntamente com estudantes-estagiários do curso, titulares e suplentes.

Entretanto, segundo Albuquerque e Pereira (2016), este processo de organização e institucionalização dessas instâncias de estágio supervisionado não ocorreu sem enfrentamentos internos no IFCE, já que esta foi uma novidade para o *campus*, tendo em vista que os estágios de todos os cursos, desde os de nível médio aos de nível superior, eram de responsabilidade de um único setor de estágio da instituição. O depoimento a seguir destaca este processo de implementação da política de estágio e as resistências enfrentadas:

No IFCE, quando a gente começou não tinha nada, não tinha política, não tinha coordenação. A primeira medida, estratégia que a gente pensou foi constituir essa coordenação, inclusive pra coordenadora ter tempo disponível na sua carga horária pra inicialmente pensar a política institucional de estágio e tudo dela decorrente, como as articulações de campo, a própria burocracia da articulação das parcerias, os termos de estágio, os convênios, o credenciamento dos campos, etc. Só que a instituição recebeu isso com muita resistência: **“Por que o Serviço Social quer uma coordenação?”**, **“Não, aqui existe uma coordenação de estágio do *campus*, não precisa disso não, quem vai fazer esse processo é o rapaz responsável, ele faz dos outros cursos!”** **“Por que o Serviço Social quer ser diferente?”**, **“Esse Serviço Social quer inventar tudo, quer ser diferente em tudo!”**. Então “milhares” de vezes, reunião vai e vem, explicando o porquê, apresentando a política, a experiência e tal, mas com muita resistência, o que a gente conseguiu inicialmente foi uma pactuação no colegiado, com as outras colegas, argumentando a necessidade disso, foi diminuir uma disciplina à época a pessoa que ficaria responsável pelo estágio (Docente 04).

Depois de várias reuniões junto à gestão administrativa e pedagógica do *campus*, mostrando a importância da organização de instâncias específicas para o estágio supervisionado, foi regulamentada uma coordenação exclusiva de estágio para o curso de Serviço Social, através de uma portaria. Tal decisão institucional foi impulsionada com as dificuldades encontradas para operacionalização do estágio, principalmente para realização de articulações e organização de documentação necessária para abertura de campos de estágio na própria região. Assim, foi demandada também uma sala estruturada para a gestão, responsável pela organização, sistematização, acompanhamento e avaliação da implementação da política de estágio. Apesar de esta demanda ser recebida com resistências, ainda no ano de 2015, uma sala foi disponibilizada para a referida coordenação (ALBUQUERQUE; PEREIRA, 2016).

O curso iniciou o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão através de dois núcleos de estudos, a saber: o Núcleo de Educação, Políticas Sociais e Serviço Social

⁶ Importante ressaltar que esta atribuição foi regulamentada através de portaria interna do *campus*, ou seja, no organograma institucional do IFCE não está previsto ainda uma Coordenação de Estágio em Serviço Social.

(NEPSSS), criado em 2013, e o Núcleo de Estudos e Pesquisa de Trabalho, Questão Social e Serviço Social (NETRASS), fundado em 2014. Estes grupos de pesquisa dão suporte às atividades de ensino e contribuem com o processo de formação profissional, evidenciando o esforço coletivo pela garantia da indissociabilidade entre as dimensões de ensino, pesquisa e extensão, como as diretrizes curriculares da ABEPSS orientam.

Entre as atividades do curso, podemos ainda citar a realização anual da Semana de Serviço Social, em comemoração ao Dia do Assistente Social, que é organizada, geralmente, em parceria com o CASS, o CRESS e as demais entidades da categoria. Suas temáticas principais são definidas nas instâncias coletivas do curso, a partir dos debates nacionais do Conjunto CFESS-CRESS. Dentro da programação da Semana é realizado o Fórum Local de Supervisão de Estágio em Serviço Social, que reúne estudantes-estagiários, supervisores acadêmicos e de campo da região (ALBUQUERQUE; PEREIRA, 2016).

É importante destacar que o PPC (2013) apresenta as orientações, as diretrizes e as perspectivas para a formação profissional do curso em destaque, mas que estas não estão desvinculadas das questões objetivas e subjetivas de inserção dos sujeitos coletivos na realidade social brasileira e particular de Iguatu, exigindo que questionemos as condições para a garantia da qualidade na formação profissional. Por isso, é necessário conhecer os sujeitos coletivos deste curso.

Destacamos ainda a organização estudantil como um elemento importante na formação profissional discente. Desde o surgimento do curso de Serviço Social de Iguatu, os discentes participam dos fóruns nacionais e/ou regionais de organização e deliberações da ENESSO. Consideramos que o movimento estudantil é uma instância que contribui para o processo de formação profissional em Serviço Social, em conformidade com a direção política apontada no projeto profissional.

Contudo, o processo de formação profissional em Serviço Social no IFCE não está isento de dificuldades e desafios, perceptíveis no cotidiano da instituição, dadas suas particularidades e os rebatimentos que os cursos superiores (e a educação nacional, historicamente, como um todo) vêm sofrendo com as transformações contemporâneas do capital em sua relação com a realidade brasileira. Assim, a trajetória da formação profissional em Serviço Social apresentada e suas diretrizes apontam elementos que nos permitem a reflexão a respeito dos limites e das resistências que o curso em apreço apresenta. Ao mesmo tempo, proporciona-nos a possibilidade de indicar as potencialidades dos sujeitos coletivos desta instituição, desenvolvidas visando à garantia de uma formação profissional pública e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Entre os desafios e os limites na formação profissional deste curso, destacamos a *cultura institucional* caracterizada ainda pela marca tecnicista e pelas relações institucionais baseadas na hierarquia, nas práticas clientelistas e do *favor*, traços típicos da formação social brasileira, ainda fortes no Nordeste. Esta *cultura institucional* interfere na afirmação da autonomia das instâncias coletivas do curso, ao mesmo tempo em que tem impulsionado a formação de resistências coletivas internamente através dos sujeitos coletivos, docentes e discentes, que questionam a democratização e a transparência dos

processos institucionais e políticos, bem como os espaços de discussão e deliberações coletivas na instituição.

Igualmente, são desafios atuais para a formação profissional do curso de Serviço Social do IFCE: ampliar e consolidar iniciativas de pesquisa e extensão; expandir o número de bolsas remuneradas de monitorias acadêmicas; promover uma maior aproximação do curso com as entidades da categoria; conquistar maiores investimentos para a infraestrutura do *campus*; ampliar o número de docentes efetivos da área de Serviço Social; melhorar as condições de trabalho docente, por meio de uma carga horária que possibilite a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão; intensificar as articulações com as IES da região; fortalecer o movimento estudantil; ampliar os investimentos na política de assistência estudantil, a fim de garantir as reais condições de acesso e permanência dos discentes; traçar estratégias de resistência aos cortes de orçamento da rede federal de ensino, que comprometem o curso e a instituição, considerando a conjuntura brasileira a partir de 2016 e suas inflexões sobre a educação pública.

As contradições e as resistências existentes, devido à *cultura institucional* supramencionada, demonstram que este curso evidencia a possibilidade de desenvolver suas potencialidades, com base nos sujeitos coletivos que o compõem, isto é, os docentes, os discentes e outros que estejam na disputa política por promover uma educação superior pública de qualidade. Quando pensamos no curso de Serviço Social do IFCE, por isso, devemos considerar as concepções de educação, formação e gestão pública em debate, com a finalidade de não cairmos em análises unilaterais e engessadas sobre a realidade social brasileira e/ou local de Iguatu, correndo o risco da divulgação de compreensões fatalistas e deterministas sobre o real, que negam a perspectiva da totalidade e as lutas realizadas pelos sujeitos coletivos.

A partir da compreensão da realidade como movimento dialético e contraditório, pautada por avanços e recuos, a experiência da graduação em Serviço Social no *campus* Iguatu do IFCE apresentou possibilidades diversas para a efetivação da formação profissional em Serviço Social, mesmo com as dificuldades enfrentadas. Entre estas possibilidades encontramos: a inserção de estudantes e professores em coletivos, lutas e movimentos sociais da região; a implementação de atividades de pesquisa e extensão nos anos iniciais do curso; a periodicidade de reuniões pedagógicas internas; a descentralização de atividades da coordenação do curso com as comissões de atividades complementares, pesquisa e TCC; as formações para supervisores de campo de estágio; a diversidade no perfil docente, seja pelas trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais, seja pelas áreas de estudos e pesquisas, apontando para o exercício do pluralismo na formação profissional; a participação de estudantes e docentes nos espaços da categoria estudantil e profissional; a potencialidade do perfil do estudante-trabalhador, que dadas às históricas desigualdades no acesso ao ensino superior público na realidade brasileira, demonstra a superação do desafio de inserção nesta modalidade de ensino.

As possibilidades referidas se apresentam na particularidade da condição de curso público, gratuito e presencial, como é o curso do IFCE. Esta é, segundo nossa percepção, sua principal e preliminar potencialidade, devendo ser afirmada e defendida nesse cenário de investidas do capital para a descaracterização da educação pública.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; PEREIRA, Evelyne Medeiros. **Transformações contemporâneas, educação e realidade brasileira: formação profissional em Serviço Social na experiência do IFCE**. Recife: Imprima, 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf>. Acesso em: 31 out. 2014.
- COSTA, Liduina Farias Almeida; BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. Memória, Reconhecimento e Reconstrução: passado recente do Serviço Social no Ceará. In: COSTA, Liduina Farias Almeida; BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza; PIO, Maria da Conceição (Orgs.). **Fragmentos do Passado e do Presente: 60 anos do Serviço Social do Ceará**. Fortaleza: EdUECE, 2010.
- GONÇALVES, André de Menezes et al. Rede de Proteção Social aos/às Usuários/as de Drogas e suas Famílias em Iguatu: conquistas e fragilidades. In: GONÇALVES, André de Menezes; ALBUQUERQUE, Cynthia Studart (Orgs.). **Drogas e Proteção Social: os desafios da intersectorialidade**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Curso de Serviço Social completa dez anos de atuação em Iguatu e região Centro-Sul**. Iguatu, 4 jun. 2020. Disponível em: <https://ifce.edu.br/iguatu/noticias/curso-de-servico-social-completa-dez-anos-de-atuacao-em-iguatu-e-regiao-centro-sul>. Acesso em: 13 jun. 2020.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Iguatu: IFCE, 2013.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Iguatu: IFCE, 2010.
- LIMA, Átila de Menezes. **A Geografia Histórica de Iguatu: uma análise da cultura algodoeira de 1920 a 1980**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.
- LIMA, Átila de Menezes; AMORA, Zenilde Baima. Geografia da Acumulação Capitalista: o caso do algodão em Iguatu – Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre, RS. **Anais [...]**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.
- LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do no século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Orgs.). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. (Coletânea Nova de Serviço Social).
- LIMA, Maria Luciene Ferreira; SILVA, Kedna Karla F. da; COSTA, Kiara Tatianny S. da. As Contribuições de Elze Alves Lima Verde Montenegro para a Educação de Iguatu-CE. In:

SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 11., 2012. Paraíba. **Anais [...]**. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Cercas e secas na História do Ceará: expressões da “questão social”. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12, 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2010.

PINHEIRO, Francisco José. Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide, et al. (Org). **Uma Nova História do Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

SANTOS, Josiane Soares et al. “Questão Social” no Brasil: o Nordeste e a atualidade da questão regional. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, n. 24, 2012.

Raí Vieira Soares

Assistente Social graduado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social e Doutorando em Política Social na Universidade de Brasília (UnB). Professor Assistente no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT) campus de Miracema.
